

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES.

Maria Erislândia de Aquino Gama

Graduanda do Curso de Pedagogia/CAMEAM/UERN. Autora

Disneylândia Maria Ribeiro

Prof^a. do Departamento de Educação/CAMEAM/UERN. Co-autora.

RESUMO

Esse trabalho versa sobre a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino e tem como objetivo refletir sobre os desafios da mediação pedagógica frente ao processo de aprendizagem e desenvolvimento intelectual, afetivo e social dos alunos com necessidades. Desse modo, realizamos uma pesquisa exploratória a partir de investigação documental e estudos bibliográficos (BRASIL, 1994, 1996, 2007, 2010; STAINBACK e STAINBACK, 1999; MITTLER, 2003; CARVALHO, 2009) e aplicação de questionários com quatro professoras que atuam do 2º ao 5º ano do ensino fundamental de uma escola regular da rede municipal de ensino na cidade de Marcelino Vieira/RN. Os resultados da pesquisa evidenciam que as principais dificuldades encontradas na efetivação de uma prática pedagógica inclusiva de crianças com necessidades educacionais especiais surgem com a carência de recursos didáticos, a falta de formação específica para os docentes e a desarticulação pedagógica da escola que não consegue promover um trabalho em equipe entre seus profissionais. Concluimos, portanto, que o sistema educacional tem possibilitado um maior acesso dos educandos com necessidades especiais nas salas de aula comum, porém não se efetiva ações que possam garantir uma educação de qualidade para todos, pois as escolas ainda enfrentam inúmeros desafios que vão desde a falta de recursos materiais até o despreparo dos educadores para trabalhar com a diversidade humana presente em seu espaço.

Palavras chave: Inclusão escolar. Ensino. Desafios.

1 Considerações iniciais

As discussões acerca da Educação Inclusiva têm suscitado interessantes debates e diferentes posicionamentos teóricos nas últimas décadas, tendo em vista a necessidade de incluir os sujeitos nos diferentes contextos da sociedade para que esses possam também participar de forma autônoma no meio social.

Nesse ínterim, as instituições escolares incumbidas pelo ideal da inclusão, precisam se organizar para atender a diversidade dos alunos que as frequentam, possibilitando que o processo de ensino-aprendizagem satisfaça as necessidades de cada um.

Partindo das considerações aqui tecidas, nossa investigação tem como objetivo geral refletir os desafios da mediação pedagógica frente ao processo de aprendizagem e desenvolvimento intelectual, afetivo e social dos alunos com necessidades educacionais especiais. Como objetivos específicos, apresentamos os seguintes: identificar as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos docentes no trabalho com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, discutir as possíveis estratégias de intervenção para se trabalhar a inclusão desses alunos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracteriza por um estudo exploratório de cunho qualitativo, tendo como técnicas para coleta de dados: pesquisa documental e revisão bibliográfica, no sentido de evidenciar as concepções de educação inclusiva postas nos documentos oficiais e as perspectivas teóricas que norteiam a discussão; e, pesquisa de campo a partir da aplicação de questionário com professoras que atuam do 2º ao 5º ano do ensino fundamental de uma escola regular da rede municipal de ensino na cidade de Marcelino Vieira/RN em salas de aulas nas quais já foram identificadas a presença de alunos com necessidades educacionais especiais.

2 A educação inclusiva frente às propostas educacionais atuais

As recentes propostas educacionais têm apresentado uma preocupação com a inclusão escolar de crianças, adolescentes e adultos com necessidades especiais, para tanto, sugerem modificações curriculares e didático-pedagógicas no sistema de ensino regular vez que a escola é que precisa adequar suas práticas as especificidades destes alunos, e não o contrário, como se pensava em outros contextos.

Esse fenômeno pode ser observado na legislação e em algumas políticas públicas como é o caso da Declaração de Salamanca (UNESCO/BRASIL, 1994) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96); O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE / CEB, 2001) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) dentre outras importantes medidas para a efetivação de uma educação para Todos.

A Declaração de Salamanca elaborada na Tailândia em 1994 deu impulso a uma nova concepção de ensino para as crianças que apresentavam algum tipo de necessidades educacionais especiais, assim a noção de educação inclusiva passou a ser referência para o abandono das práticas de exclusão tanto no contexto educacional como no contexto social.

Ao longo das normas estabelecidas pela LDB, lei nº 9.394/96 para a educação especial, diversos aspectos são apresentados a fim de organizar o sistema escolar para a efetivação de sua função perante a sociedade e para o processo de inclusão nas escolas. Sobre os profissionais da educação, essa lei coloca entre outros pontos que, o professor deve ser habilitado para atender as especificidades do exercício de suas atividades, devendo a União, o Distrito Federal, o estado e os municípios se responsabilizarem por promover a formação inicial e continuada desses profissionais. Sobre os recursos financeiros, estes também são assegurados pelos quatro segmentos já mencionados, tendo como repasse valores de dezoito e vinte e cinco por cento, a serem aplicados nas despesas para a efetivação dos processos educativos na escola. (BRASIL, 1996)

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001 estabelece planos e metas para as escolas através de um ensino inclusivo que favoreça o atendimento as crianças com necessidades especiais. Desse modo, o PNE indica a integração de pessoas com deficiência física, sensorial, mental ou múltipla ou com características de altas habilidades e superdotação no sistema regular de ensino, devendo a escola estar qualificada para atender as exigências postas para a formação de todos os sujeitos de forma igualitária.

Com os mesmos ideais de consolidação dos Direitos Humanos numa perspectiva de fornecer subsídios para a integração de todos os sujeitos no ensino regular, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), assim como as demais leis já mencionadas, têm o objetivo de assegurar o acesso e a permanência das crianças, dos jovens e adultos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares para a elevação do desenvolvimento de suas habilidades dando respostas às necessidades de cada um.

Frente aos objetivos de promover uma educação inclusiva, as escolas precisam estar preparadas para receber os alunos que tenham qualquer tipo de deficiência, sejam elas físicas, visuais, auditivas, mentais, múltiplas ou de aprendizagens e remover as barreiras que dificultam esse processo. Isso significa que não basta apenas às escolas disponibilizarem um espaço físico favorável, mas também que os recursos humanos e pedagógicos sejam capazes de integrar essas crianças na sala de aula, o que exige conhecimento da prática, uso de metodologias e processos avaliativos distintos e favoráveis para a efetivação de uma educação de qualidade. Sendo assim,

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de

sala de aula. Ela é baseada em sistema de valores que faz com que todos se sintam bem vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou da deficiência. (MITTLER, 2003, p. 34)

Só assim, é possível construir um paradigma escolar que leve em conta às características socioculturais e as várias formas e ritmos de aprendizagem dos educandos.

3 Concepções docentes acerca dos desafios da mediação pedagógica frente ao processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais

A educação tem papel fundamental no processo de desenvolvimento dos sujeitos, contribuindo significativamente para a ampliação da capacidade psicológica, educacional e intelectual das crianças, visando sua inserção e participação na sociedade.

Orientadas pelos princípios da inclusão, as escolas precisam estar preparadas para atender a mais tenra diversidade de alunos, assumindo uma postura que contemple nas ações pedagógicas um ensino voltado à valorização das habilidades individuais dos sujeitos, atendendo assim as necessidades educacionais destes. Como princípio fundamental desse sistema, a Declaração de Salamanca (UNESCO/ BRASIL, 1994, p.04) prega que:

Todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Em contrapartida muitos desafios têm permeado a efetivação da educação inclusiva, uma vez que essa proposta agrega um conjunto de providências que estão além da acessibilidade da matrícula nas escolas regulares ou na sua estruturação física. Sua base efetiva requer, dentre outros aspectos, um profissional qualificado e consciente de sua função para desenvolver no ambiente escolar uma prática inovadora, com vistas à diminuição das barreiras no processo de ensino e aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais, tendo ainda o apoio de todo o corpo da escola, dos pais e da comunidade.

A fim de conhecer um pouco das dificuldades encontradas pelos docentes para desenvolver no ambiente escolar uma prática com vistas à inserção e permanência dos

educandos com necessidades especiais nas salas de aula do ensino regular, cumprindo os ideais promulgados pela educação inclusiva, tomamos como campo de pesquisa uma escola municipal do sistema de ensino regular, na cidade de Marcelino Vieira, a mesma conta com aproximadamente trezentos e cinquenta alunos matriculados, divididos em quinze salas de aula, sendo oito turmas matutinas e sete vespertinas. Desse total de alunos, segundo informações da escola, quinze deles apresentam necessidades educacionais especiais.

Os referidos alunos frequentam as salas de aula comum e são assistidos por uma psicóloga e uma psicopedagoga na sala de apoio de recursos multifuncionais que dispõe de um acervo de materiais pedagógicos para trabalhar com as deficiências cognitivas, sensoriais e físicas dos alunos.

Ao longo de nossa pesquisa procuramos através das falas e da aplicação de questionários com algumas docentes que atuam do 2º ao 5º ano do ensino fundamental identificar os desafios que estas encontram na mediação das atividades pedagógicas destinadas as crianças com necessidades especiais, tentando alcançar pontos relevantes para a compreensão das barreiras e limitações enfrentadas por essas profissionais para emergir e tornar a escola de fato um espaço de troca de experiências e aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

De acordo com Mittler (2003), as escolas regulares devem ter conhecimento dos seus alunos para responder a diversidade de necessidades deles, para isso consideraram de grande relevância que elas sejam espaços acessíveis e que a prática docente seja suficientemente capaz de integrar estes alunos no sistema regular de ensino.

No entanto, a falta de preparação dos docentes para trabalhar com crianças que apresentam necessidades especiais nas salas de aula comum constitui um dos entraves para a concretização de uma educação comprometida politicamente com a inclusão e a diversidade. Esse aspecto ficou explícito nos resultados da investigação, vez que as educadoras que responderam ao questionário além de afirmarem não possuir nenhuma formação específica na área de educação especial e ou/inclusiva, ficam embaraçadas ao responder a questão: Há dificuldades para integrar no contexto escolar as crianças com deficiência com as demais crianças? Quais?

PROFESSORA 01: Sim, porque a maioria das crianças não quer interagir com eles por ser deficiente, e isso me deixa muito preocupada. (04/01/2012)

PROFESSORA 02: Não, são crianças que devemos tratar iguais as outras. (04/01/2012)

PROFESSORA 03: A principio é muito complicado, o que se percebe é que muitas vezes a criança por si só, já se isola, porém é importante convidá-la a interagir com o grupo e essa interação tem que ser recíproca, para que ela se sinta acolhida. (05/01/2012)

PROFESSORA 04: sim, porque as vezes as próprias crianças não conseguem se integrar no grupo, ficam retraídas diante dos outros por muitas vezes terem limitações que proporcione uma maior aproximação dos demais. (05/01/2012)

As respostas evidenciam o despreparo das docentes que ficam, por vezes, angustiadas e alheias a uma metodologia de ensino que favoreça essa interação. Diante das situações apresentadas percebemos que as professoras encontram dificuldades em utilizar estratégias que favoreçam a integração dos alunos com necessidades especiais na sala de aula comum, mas diante dessa problemática é conveniente fazermos uma reflexão sobre a função do professor frente à inclusão escolar.

No ensejo da educação inclusiva o professor participa enquanto mediador do conhecimento e das atividades desenvolvidas em sala de aula, os ideais de inclusão é proporcionar aos alunos o acesso a um ensino de qualidade e o respeito as suas particularidades. Porém, fica evidente na fala das docentes que ainda permanece na escola atitudes de exclusão e preconceito, vez que os alunos tidos como “normais” apresentam resistência para se aproximar dos alunos tidos como “deficientes”.

Nesse contexto, a função do professor é utilizar-se de estratégias que aproxime todos os alunos, fazendo-os perceberem-se como iguais, a partir da vivência das mesmas experiências na sala de aula. Assim as limitações de cada sujeito não devem ser encaradas como fator de exclusão, mas de aproximação entre os educandos para tornar possível a superação dos déficits.

Considerando as oportunidades igualitárias de aprendizagem dos alunos, as ações vigentes nas escolas inclusivas precisam ser de abandono às práticas homogeneizadoras, visto que a diversidade de alunos pressupõe uma adequação específica a cada sujeito no processo de aquisição do conhecimento.

Assim sendo, questionamos: Como você contempla em seu planejamento o trabalho didático-pedagógico com as crianças que apresentam necessidades educacionais especiais? Elas responderam:

PROFESSORA 01- Da mesma forma das outras crianças, porque se é para trabalhar inclusão na sala de aula não devemos mudar o nosso planejamento. (04/01/2012)

PROFESSORA 02- Normal ou às vezes com outras atividades de casa que eles não percebiam a diferença. (04/01/2012)

PROFESSORA 03- Em primeiro lugar, procuro não ver o caso especial como elo de dificuldades no meu fazer pedagógico, também não vejo como um fato isolado. Procuro desenvolver estratégias que venham de encontro das necessidades de cada aluno. (05/01/2012)

PROFESSORA 04- É bastante complicado, sinto dificuldades durante o planejamento, pois apesar de entender que os alunos precisam aprender juntos, muitas das atividades precisam ser diferenciadas, pois o nível de aprendizagem dos alunos não são iguais, tendo adequar de acordo com as necessidades de cada aluno, de forma que todos participem e supere o nível de dificuldades em que cada se encontra. (05/01/2012)

Diante das respostas, podemos perceber que as professoras três e quatro (3 e 4) são as que mais se aproximam de um entendimento sobre as reais prioridades a serem consideradas durante o trabalho pedagógico em salas de aula, onde a prática docente é determinada a partir das necessidades individuais dos alunos, as demais simplesmente ignoram as especificidades educacionais dos alunos com deficiências, bem como a necessidade de adequar sua metodologia a estes.

O planejamento didático-pedagógico precisa ser visto pelos docentes como ponto primordial para a execução de uma prática sistematizada e intencional, visto que este é o momento em que o professor antecipa as ações que serão desenvolvidas durante a aula levando em conta as necessidades detectadas no processo de aprendizagem dos alunos, possibilitando-os acesso e a construção do conhecimento. Assim,

Ao planejar o ensino, os professores decidem quanto tempo será dedicado a cada atividade de aprendizagem diária, como ela deve ser estruturada; como os alunos devem fazer a transição de uma atividade para outra e que ritmo de ensino deve ser usado para maximizar o entusiasmo e a atenção dos alunos e para minimizar o comportamento e desvio a atenção da vida, (SATAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 144)

Nesse sentido, ao planejar as aulas o professor deve dotar-se de estratégias que motive os alunos a participação, promovendo a integração de todos os educandos nas ações em sala de aula e, conseqüentemente, nas relações interpessoais.

Pensando nesses aspectos, a avaliação surge como parte interativa no processo de ensino, um meio de identificar as reais potencialidades e necessidades educacionais dos alunos para que o professor possa desenvolver estratégias significativas visando à aprendizagem e o desenvolvimento intelectual e social de todos.

Considerando o posicionamento de Carvalho (2009, p.86) “o processo de avaliação é um poderoso instrumento de acompanhamento e replanejamento das ações levadas a efeito no atendimento pedagógico escolar”. Dois níveis de avaliação são apresentados por essa autora, a avaliação somativa e avaliação formativa, sendo que a primeira tem por base o rendimento escolar dos alunos apresentados por meio de notas ou conceitos, já a segunda permite estabelecer adaptações curriculares a partir dos níveis de aprendizagem dos educandos.

Diante da necessidade de um processo avaliativo verdadeiramente comprometido com a inclusão escolar, questionamos: E o processo de avaliação da aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais, como se dá? A *professora 01* afirmou que “esse processo é desenvolvido a partir dos avanços apresentados pelo aluno através da oralidade” (04/01/2012). Desse modo, a avaliação consiste em identificar apenas os avanços na aquisição da linguagem oral, deixando à margem outros aspectos também relevantes na aprendizagem dos alunos, como a socialização com o ambiente e os colegas de sala, a aquisição de habilidades motoras, cognitivas e sociais.

Na fala da *professora 02*, percebeu-se o trato com a avaliação do tipo somativa, quando em seu discurso diz que “as avaliações são normais, só que o resultado é sempre apresentado em relatório” (04/01/2012). Por não detalhar com mais precisão entende-se que o aluno é avaliado considerando assimilação de conceitos.

Já no posicionamento das *professoras 03 e 04*, percebe-se a preocupação com uma avaliação formativa, buscando identificar os avanços e conquistas do educando, considerando suas limitações para assim encontrar meios que favoreçam a aprendizagem e participação através de uma intervenção consciente para a superação dos obstáculos que dificultam o processo de aprendizagem. Assim afirmam as professoras em questão:

PROFESSORA 03- Continuamente, por meio dos seus avanços e conquistas, procuro identificar nas limitações de cada aluno o meio mais propício para desenvolver a aprendizagem deles. (05/01/2012)

PROFESSORA 04- A avaliação se dá de forma contínua por meio da interação e os desempenhos que os alunos manifestam durante as atividades, nesse momento procuram estabelecer um elo entre as dificuldades e facilidades que os alunos tiveram durante essas atividades para traçar

estratégias que possam ir de encontro com as limitações percebidas.
(05/01/2012)

O discurso das educadoras vai de encontro com o posicionamento do documento *Marcos Políticos-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2010, p, 23)* ao entender que:

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio do aluno quanto as possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa, que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

Para remover as barreiras que dificultam o processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, tornar a escola um espaço privilegiado para a troca de experiências e desenvolvimento dos sujeitos, é imprescindível que haja também apoio e incentivo ao professor por parte da equipe administrativa e pedagógica da escola. Nesse sentido, “(...) há necessidade de criarmos espaços dialógicos na escola, para que dúvidas, medos e a ressignificação da prática pedagógica possam ser examinados em equipe, como rotina de trabalho”. (CARVALHO, 2009, p. 77)

Quando questionados sobre a preocupação da escola em oferecer apoio à prática do professor e as oportunidades que a escola oferece para que esses exponham suas dificuldades e dúvidas vivenciadas no cotidiano da escola, o *professor 03* foi breve em citar “as reuniões de planejamento para a socialização dessas dificuldades, e a sala de recursos multifuncionais como apoio cedido pela escola a pratica do professor para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais”. (05/01/2012)

Um tanto contraditória percebe-se a fala da *professora 01*, visto que sobre esse questionamento a mesma afirma “não existe uma preocupação por parte da escola em oportunizar um espaço em que os professores exponham suas dificuldades”. No entanto, mais adiante ela diz que “(...) existe apoio da escola na prática educativa com essas crianças”. (04/01/2012)

Nessa questão aparece um dado importante, a presença da sala de recursos multifuncionais na escola, um espaço de acessibilidade que dispõe de materiais diversos e adaptados ao trabalho com os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, porém a *professora 03* aponta as limitações que a sala apresenta em termos de recursos didático-

pedagógicos, “(...) devido às disparidades das necessidades educacionais dos alunos os materiais dispostos não contemplam por completo a todas as necessidades”. (05/01/2012)

O que podemos perceber através dos posicionamentos das professoras é que estas ainda não possuem clareza do verdadeiro sentido da educação inclusiva, para algumas integrar esses alunos na sala de aula comum sem fazer qualquer adaptação às necessidades desses alunos é estar envolvida em uma prática condizente com a proposta da inclusão, porém é importante compreender que só isso não basta, é preciso que haja uma mediação que vislumbre a participação e construção da autonomia desses educandos.

A concepção das educadoras é que a sala de apoio por si só já é indicativo do processo de inclusão, porém, é interessante compreender que esse espaço deve ser utilizado no contra-turno escolar dessas crianças, sua frequência nesse ambiente possibilita um direcionamento por meio de recursos que desenvolverá algumas de suas potencialidades, mas o processo de inclusão mesmo ocorre nas salas de aula regular, no convívio direto com os demais alunos e na troca de experiências.

Assim percebe-se que os desafios dos docentes encontrados na mediação pedagógica com esses alunos surgem com a carência de sua formação e com a falta de organização da instituição em promover entre os profissionais o trabalho em equipe, sendo que todos possam contribuir com as ações desenvolvidas na escola para efetivação do processo de inclusão das crianças com necessidades especiais.

4 Considerações finais

A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares é um princípio que busca atender ao direito que todas as pessoas têm de frequentar a escola e de usufruir de uma educação de qualidade.

Nesse sentido, as instituições de ensino devem desenvolver um trabalho que respeite às especificidades de cada um e que promova a interação entre os sujeitos e isso implica na disponibilidade de espaço físico e de recursos didático-pedagógicos que favoreçam o acesso dessas crianças ao conhecimento.

Podemos perceber que diferentes leis e diretrizes orientam as escolas na definição de suas ações para uma prática inclusiva, abordando a necessidade e os méritos que se alcançam quando a escola assume uma postura pautada nesse sistema.

No entanto, alguns empecilhos têm dificultado a efetivação de uma prática educativa verdadeiramente inclusiva, como a falta de articulação entre os profissionais que atuam na escola e destes com a comunidade, a carência de formação específica para os educadores, a presença de concepções preconceituosas e estigmatizadoras, entre outros aspectos.

Concluimos, pois, que o sistema educacional tem possibilitado um maior acesso dos educandos com necessidades especiais nas salas de aula comum, porém não se efetiva ações que possam garantir uma educação de qualidade para todos, pois as escolas ainda enfrentam inúmeros desafios que vão desde a falta de recursos materiais até o despreparo dos educadores para trabalhar com a diversidade humana presente em seu espaço.

Salientamos, por fim, que a inclusão escolar é um paradigma político-ideológico que só se efetivará mediante a adoção de posturas éticas e cidadãs de todos os sujeitos que compõe as instituições de ensino e na busca de parcerias com a comunidade e a sociedade civil, de modo geral.

REFERENCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em <http://www.mec.gov.br/arquivos/pdf/pde/pdf>, acessado em fevereiro de 2011

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos -Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2010

_____, Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Disponível em <http://www.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica/pdf>, acessado em fevereiro de 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras Para a Aprendizagem: Educação Inclusiva**. 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____/UNESCO, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em <http://www.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca/pdf>, acessado em fevereiro de 2011.